



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL -
CTCS**

Memória da reunião ordinária nº 4 – 2016

Data e horário da reunião: Dia 06 de setembro de 2016 das 14h30min às 17h30min.

Local: Sala de reunião da Casa Civil – Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 9º andar.

Pauta:

- Aprovação das memórias dos dias 06/07/2016 e 03/08/2016;
- Participação do diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), Gilson Paranhos;
- Requerimentos na NCST para: I) convite ao Sr. Secretário de Turismo para esclarecimentos sobre "notícia de privatização das estruturas do Estádio Nacional Mané Garrincha, do Centro de Convenções e do Parque da Cidade, bem como "balanço do resultados dos Jogos Olímpicos" e II) pedido de informações sobre "processo eleitoral dos Conselhos Tutelares do DF;
- Indicação de entidade para preenchimento de possível vaga no CTCS;
- Apresentação do projeto "Adote um Parlamentar" (prof. Davi Fagundes);
- Informes gerais.

Reunião presidida por Rodrigo King Lon Chia – Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, **coordenada** por Liana Morisco – Secretaria Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social e **organizada** por Elisa Ribeiro da Cunha – Assessora SUTCS/CGDF e Fabio Rogerio Antunes da Silva – Assessor SUTCS/CGDF.

Entidade		Representante	Presente	Falta Injustificada	Falta Justificada
Agenda 21	T	Davi Silva Fagundes	X		
	S	José Daldegam Júnior			
FECOMÉRCIO	T	Adelmir Araújo Santana			
	S	Carlos Hiram Bentes David			X
Força Sindical	T	Carlos Alves dos Santos		X	
	S	Zacarias de Assunção			
FAPE	T	Roberto Mesquita Melo			
	S	Lauro Jurgeaitis	X		
FIBRA	T	Jamal Jorge Bittar			
	S	Elson Ribeiro Póvoa	X		
MCCE	T	Miguel Ângelo Martins Lara	X		
	S	Ivaneck Perer Alves			
NCTS	T	Vera Lêda Ferreira	X		
	S	Ibrahim Yuseff Mahmud Ali			
CTB	T	Etieno de Sousa Pereira		X	
	S	Manoel da Cruz e Silva			
OAB	T	Antônio Rodrigo Machado de Sousa		X	
	S	Alexandre Vieira de Queiroz			
CRC	T	Adriano de Andrade Marrocos	X		
	S	Darlene Paulino Rufino Lunelli	X		
CUT Brasília	T	Sem indicação de representantes			
	S	Sem indicação de representantes			
OS Brasília	T	Rodrigo King Lon Chia	X		
	S	Antonio José da Silva Barros			
IFC	T	Everton Kischlat	X		
	S	Jovita José Rosa			
DIEESE	T	Max Leno de Almeida			X
	S	Alessandra de Moura Cadamuro			X
ABI	T	Wanderval Calaça Mendonça	X		
	S	Mário de Almeida	X		
CORECON	T	Maria Cristina de Araujo			
	S	Ronalde Silva Lins	X		
DF em Movimento	T	Guilherme Alves Carvalho	X		
	S	Ney Hugo Jacinto Silva			

Ouvintes e Participantes:

Eduardo A. A. Neto – Fecomércio; Francisco Júnior – Coletivo Mangueiral; Diga Mariano - Coletivo Mangueiral; João Paulo Balzo - Coletivo Mangueiral; Gilson Paranhos – Diretor Presidente da CODHAB e Jorge Sette Gutierrez - Diretor Imobiliário da CODHAB.

PRELIMINARMENTE

O Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social, Rodrigo Chia, às 14 horas e 50 minutos, declara aberta a quarta reunião ordinária do ano de 2016 com quórum de dez membros. Posteriormente, novos conselheiros chegaram e alcançaram a marca de onze entidades representadas e sendo duas entidades com membros titulares e suplentes presentes.

Da aprovação da memória das reuniões dos dias 06/07/2016 e 03/08/2016

Tendo em vista o prévio envio da memória das reuniões dos dias 06/07/2016 e 03/08/2016, e não acharam necessário reler as memórias. Os conselheiros aprovaram as memórias sem alterações, concluindo este ponto da reunião.

Dos requerimentos apresentados

Chia passa a palavra para Vera Lêda que pede desculpa pelas ausências injustificadas do suplente e inicia fala sobre os requerimentos enviados ao CTCS para comparecimento do secretário de turismo e sobre os custo e processo de contratação da empresa para eleições de conselho tutelares. Adriano Marrocos sugere a solicitar a justificativa de contratação da empresa e a manifestação do custo do TRE. Chia reafirma mais uma vez a necessidade de clareza nos requerimentos.

O conselheiro Guilherme Carvalho pontua sobre unificar processos eleitorais com agenda de todos os conselhos para diminuir custos. E em seguida Adriano Marrocos questiona os custos e a capacidade de fomentar a economia local. Se unificar pode não conseguir que pequenas empresas participem. O presidente diz não ter informações sobre o processo e sugere esperar o requerimento para ter mais informações e pontua que o requerimento será sobre pedido de informações sobre a justificativa de contratação de uma empresa em detrimento do TRE e o custo do serviço e pergunta se todos estão de acordo, sendo aprovado por todos.

Vera Lêda inicia sobre o segundo requerimento que trata sobre a secretaria de turismo para esclarecimentos sobre qual o critério para aluguel dos espaços que são desta secretaria. O conselheiro Marrocos esclarece que está em curso um processo de PPP e podem participar empresas que tem interesse em fazer eventos e que existe s um decreto com as informações definidas para os valores de aluguel. Vera leda pontuou em sequencia que a tabela dos preços tem informações incompletas e com valores de 2015. E apresenta quatro questionamentos: do porque que o estado precisa sempre terceirizar e não pode gerir; sobre quais as empresas detentoras dos contratos; os resultados dos grandes eventos para saber se tem mesmo que privatizar; e quais os critérios de isenção dos aluguéis.

O vice-presidente do CTCS Everton Kischlat sugere exigir transparência ativa dos dados sobre o aluguel desses espaços e para que possa existir controle social. Chia diz que só é possível conseguir os dados mediante a solicitação e que é preciso solicitar uma página com esses dados com ampla divulgação, pois ainda é um processo obscuro e pedir mais clareza na transparência ativa. O conselheiro Davi Silva sugeriu ampliar a discussão para os prédios que o governo paga aluguel como a secretaria de educação. O presidente sugere que Davi faça um requerimento sobre isso, pois trata de outro assunto. Os conselheiros aprovam o convite ao Secretário de turismo para esclarecer ocupação de espaços públicos com sobre os preços, critérios e isenção de alugueis. Todos de acordo e aprovado.

Da participação da CODHAB

Com a chegada dos representantes da CODHAB, o presidente convida para comporem a mesa. E em seguida agradece a presença e relembra os pontos do requerimento que motivaram o convite. O presidente Gilson Paranhos, Presidente Diretor da CODHAB, agradece o convite e se coloca à disposição para perguntas.

O Diretor Imobiliário da CODHAB, José Sette, pede para fazer uma apresentação para esclarecer os questionamentos e relatou que ao chegarem na CODHAB identificaram que precisavam aumentar a transparência e melhorar a agilidade de atendimento. Em seguida, passou a apresentar as principais mudanças já realizadas como a reformulação do portal da CODHAB para melhorar a compreensão das informações e resolver os principais itens de desgaste. A CODHAB firmou um termo de ajuste de conduta (TAC) para resolver os principais problemas da empresa. As listas de espera foram unificadas, antes era uma lista por local, e dada ampla divulgação para aumentar o controle social e também foi criado um aplicativo de celular para aumentar o acesso. A empresa também realizou o recadastramento das entidades que reduziu em quatro vezes. O sistema 156 passou a fazer atendimento 24hs e o atendimento passou a ser realizado por agendamento. A CODHAB também criou uma equipe de fiscalização com 30 funcionários que batem de porta em porta conferindo a presença do proprietário.

O diretor imobiliário da CODHAB também esclareceu que a empresa faz o processo de seleção e encaminha para um agente financeiro e estes não se incomodam se a pessoa não mora no imóvel, só interessa se o pagamento está sendo realizado, o que dificulta a retomada de imóveis vendidos ou alugados. Com a unificação da lista a pessoa tem quatro anos para aceitar um empreendimento. A lista tem backups diário, mas ainda existe a dificuldade de conferir os dados que a população fornece e com a divulgação aumentou o controle social e as denúncias de dados falsos.

O diretor presidente, Gilson Paranhos reintegra que nem tudo está resolvido mas está caminhando para chegar onde é o ideal. E comenta que Brasília tem o terceiro déficit habitacional, chegando a 70 mil pessoas por ano e que Brasília é a terceira cidade mais populosa. E relatou o empenho do atual governo em combater o déficit populacional e cita as estratégias: criar o aluguel social; lote urbanizado; programas habitacionais e o combate à grilagem.

Passada a apresentação inicial o presidente do CTCS abre para perguntas dos conselheiros.

A primeira pergunta foi do conselheiro Elson Póvoa que questionou o governo atual reduzir a quantidade de habitações entregues e que a forma de escolha das construtoras não é clara. Gilson respondeu que no governo passado 10 mil unidades foram entregues e no início desse governo muitas obras paradas foram retomadas e que muitos apartamentos foram entregues sem infraestrutura e que as obras foram finalizadas nessa gestão. Essa gestão pretende entregar o alvo de 60 mil unidades, já entregou 10 mil e quer chegar a 26 mil apenas nesse ano. Outro esclarecimento dado foi que no governo anterior as licitações eram por técnica e preço em função da quantidade de unidades e agora passou a ser por concurso nacional de projetos, que corta o vínculo com a construtora, pois o projeto é independente e a CODHAB contrata o serviço e pode cobrar o cumprimento, são 80 a 120 projetos escolhidos sem saber quem fez e após a escolha faz a licitação de menor preço do projeto vencedor.

Em seguida o conselheiro Ronalde Lins falou sobre a quantidade de restrições devido a quantidade de devedores no DF. Jorge Sette da CODHAB concordou e discorreu que a quantidade de devedores é alarmante e ao analisar a base de devedores percebe a importância de melhorar a educação financeira no DF.

O conselheiro Guilherme Carvalho questionou sobre a situação acontecida no Jardins Mangueiral e faz uma descrição dos acontecimentos e problemas ocorridos entre moradores e a empreiteira. O projeto foi entregue com quinze quadras sem infraestrutura e um parque. Porém o governo passado fez um aditivo para mais quatro quadras e foi aceito mesmo com a consulta pública negada. Os moradores compraram o projeto com parque e ao entrar com liminar o projeto parou. O contrato de PPP teve um aditivo com duas matrículas e o conselheiro questionou a legalidade disso. Houve uma consulta fechada para apenas uma associação que não representa a totalidade de moradores do Jardins Mangueiral para retomar o projeto de construção das novas quadras. Este esclareceu que existem três associações Amigos Jardins Mangueiral, Coletivo Mangueiral e a Associação de Compradores do Mangueiral (formado antes da mudança dos moradores) e apenas está última foi ouvida na consulta. Com a perda de força da Odebrecht e investigação da lava jato e as questões urbanísticas de superpopulação os moradores querem questionar o processo realizado e retomar as discussões, pois não tem como fazer expansão antes da entrega de todos os equipamentos públicos.

Gilson Paranhos da CODHAB iniciou os esclarecimentos e informou que o governador prometeu ouvir a população e defende o concurso público nacional como forma mais justa nessas questões. Colocou-se a disposição para intermediar o diálogo entre moradores e construtora. Como a população não quis fazer concurso e preferiu fazer um acordo com a construtora eles desconheciam que o problema não tinha sido resolvido. Gilson afirmou desconhecer as informações de mais duas associações no Jardins Mangueiral. E afirmou ser importante dialogar com a SEGEP para entender o caso e declarou saber que houve entendimento com eleição e o projeto foi aprovado pela população e está em andamento. Aproveitou para esclarecer que habitação é a entrega completa com os equipamentos públicos e áreas comerciais e atualmente os projetos de habitação tem que sair com os projetos de

todos os equipamentos públicos junto. Este respondeu que não sabe quanto às matrículas e precisa buscar informações e pedir reunião com jurídico e SEGEP para responder esse questionamento.

Gilson Paranhos avisou que vai parar o processo da expansão do bairro Jardins Mangueiral na CAP - central de aprovação de projetos, para voltar ao diálogo com a comunidade, com o objetivo de prestar maiores esclarecimentos e documentos, principalmente, sobre as matrículas dos terrenos que envolvem a expansão.

A conselheira Vera Lêda continua a sequência de questionamentos sobre lista de contemplados e as cooperativas e se é possível que as cooperativas furem fila. E pergunta sobre a lista de contemplados do Jardins Mangueiral. Gilson Paranhos esclarece que a cooperativa não tem lista própria, pois elas recebem a demanda e entregam para a CODHAB. Não tem como furar fila pois a lista é feita com uma fórmula matemática. Em tempo este mostra no site da CODHAB a lista dos contemplados no Jardins Mangueiral. Vera agradece os esclarecimentos e pontuou que primeiro tem que entregar as ferramentas públicas antes de cobrar que os compradores mudem para realizar processos de retomada e comentou sobre ter critérios de retomada em relação a falta de estrutura, desemprego e dificuldades financeiras. Sobre essa questão Jorge Sette mostrou no site da CODHAB os relatórios de retomada e a fiscalização que tem sido realizada. E mais uma vez esclarece que a lista de habilitados é segmentada em vulnerabilidades para cada quantidade. Entregas anteriores não respeitavam as vulnerabilidades e agora tenta adequar. A conselheira Vera então sugere perder a posição após recusar para beneficiar quem realmente precisa. E os representantes da CODHAB esclareceram que às vezes perde por estar com o nome no Serasa ou outras peculiaridades. E após solucionar o problema pode voltar para a lista.

O conselheiro Everton Kischilat elogia a transparência e a lista clara. Mas chama a atenção para o adiamento das obras. Sugere dar transparência do que foi contratado nas obras e o que está entregue e dar transparência às licenças. Compromisso com datas para acompanhar os processos. Jorge responde e mostra que no site existem relatórios das obras com andamentos, fotos e cronogramas. Everton então sugere um banner logo na abertura do site para trazer a informação para a sociedade de maneira amigável.

O conselheiro Davi comenta sobre as projeções de populações e migração populacional alta e pondera a relação entre a preservação ambiental e as grandes obras. E questiona se a compensação ambiental está sendo feita; se existe captação de água da chuva e sobre uso de painéis solares. Gilson esclarece que são necessárias ações urbanas comunitárias com voluntariado para melhorar as comunidades. E defende a valorização das lideranças comunitárias para conscientização da população, pois o projeto da cidade tem que vir da população

Chia solicita que os conselheiros respeitem a ordem da lista para falar. O conselheiro Wanderval Calaça solicita que quer falar antes de encerrar a reunião. E traz um questionamento sobre as derrubadas e pondera que o governo é conivente pois cobra água, luz e o IPTU em locais de invasão e depois quer derrubar. Gilson esclarece que leis federais obrigam a ligar a luz e cobrar mesmo sem legalidade. E fala da importância das imagens de satélite para comprovar com imagens a invasão e retomada de território.

O último questionamento foi realizado por Lauro Jurgeaitis da Federação da Agricultura do DF que comenta sobre a Realização do Fórum Mundial da água em Brasília no ano de 2018, que trará questões importantes para debate pois o DF tem o maior IDH e o 4º maior índice de desigualdade social e várias peculiaridades da área rural do DF. A questão da água na área rural do DF é grave e precisa de atenção e embora existam casos de sucesso como o Pípiripau é importante atentar para isso e realizar um programa de habitação rural para fixar o homem no campo e aumentar a preservação da água no DF. Gilson Paranhos considera que o Fórum será um grande marco para o Brasil e que é preciso investir em processos de retomada do território para recuperar e preservar as águas do DF como foi o ocorrido na Península dos ministros com a retomada da orla do lago Paranoá para a preservação. E na Vila Caub uma área riquíssima de água que precisa de ações concretas de preservação com a limpeza dos rios pelo exército e defendeu a importância de melhores programas habitação e fixação na área rural.

O presidente Chia agradece a presença dos representantes da CODHAB e os esclarecimentos prestados e a disponibilidade de permanecer durante uma reunião longa.

Da indicação de uma nova entidade

Em prosseguimento a comunicação anterior à reunião, o presidente informou as entidades indicadas por membros do Conselho para eventualmente virem a compor o Conselho em substituição à CUT Brasília, bem como concedeu prazo extraordinário até o fim da própria reunião para novas indicações. Foram indicadas as seguintes entidades: Associação Médica de Brasília (AMBr); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Comissão Justiça e Paz (Arquidiocese de Brasília); Fórum de Cultura do Distrito Federal; Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc (Nossa Brasília); Rodas da Paz; Sindicato dos Policiais Federais no DF (Sindipol-DF); e Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

Vera Lêda sugere não indicar entidade sindicais de grau primário quando a entidade de grau superior que representa este sindicato já possui assento no CTCS, como é o caso do sindicato dos professores e dos policiais federais. Diante da falta de quórum ao fim da reunião, o presidente informou que a escolha do nome a ser encaminhado ao GDF será feita na reunião do dia 05 de outubro de 2016, sem possibilidade de novos acréscimos à lista.

Das considerações finais

Haja vista o tardio horário, a apresentação do projeto “adote um parlamentar”, do Davi Silva, foi adiado novamente. Às 17h50, após 3 horas de reunião, Rodrigo Chia declara encerrada a quarta reunião ordinária de 2016.